

Sicredi reúne coordenadores de núcleo em viagem imersiva



Iniciativa busca valorizar relação de confiança entre cooperativa e associados

C.PROCÓPIO

Nos dias 17 e 18 de novembro, a Cooperativa Sicredi Paranaapanema PR/SP promoveu, pela primeira vez, uma viagem de imersão para um grupo com 43 participantes, entre eles coordenadores de núcleo da cooperativa, diretores, conselheiros e colaboradores.

O objetivo da iniciativa é valorizar a relação de proximidade e confiança entre os coordenadores de núcleo e o Sicredi, promovendo momentos de aprendizado e interação, a partir dos princípios do cooperativismo. As

atividades, que foram conduzidas pela Cooptr (Cooperativa Paranaense de Turismo), aconteceram no Ninho do Corvo, uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) em Prudentópolis (PR) que é referência para a prática do ecoturismo.

“Esse tipo de ação é muito importante e gratificante, pois reforça os valores e diferenciais do Sicredi perante os seus públicos, promovendo pilares de ajuda mútua e de cooperação, que movem o nosso setor. Nós prezamos por essa relação e pelo desenvolvimento das pessoas” ressalta o presidente da Cooperativa Sicredi Paranaapanema PR/SP, Cláudio

Marcos Orsini.

Os objetivos da iniciativa são refletidos na experiência dos participantes: “O Sicredi está de parabéns. Tivemos momentos inesquecíveis, e mesmo com chuva tudo foi conduzido de uma forma muito satisfatória. Agradeço o convite, e contem comigo para as próximas ações”, disse o coordenador de núcleo da agência de Cambará PR, Henrique Faeda Crivari.

A Cooperativa já programou a próxima ação, que acontece nos dias 7 e 8 de dezembro, em Curitiba, no Encontro Estadual das Cooperativas Paranaenses, promovido pela Oacepar. (Da assessoria)

Sancionado projeto de lei que obriga presos a pagarem por tornozeleiras eletrônicas

CURITIBA

O projeto de lei nº 98/2017, que obriga os presos a pagarem pelo uso e a manutenção de tornozeleiras eletrônicas foi sancionado na terça-feira (28) passada pelo governador, Beto Richa,

transformando-se, assim, na Lei estadual nº 19.240/2017 – publicada no Diário Oficial do Estado de nº 10.076, de 28 de novembro de 2017. De autoria dos deputados estaduais Marcio Pacheco (PPL) e Gilberto Ribeiro (PRB), a proposta tem como principal objetivo promover a justiça e a economia aos cofres do Estado, que gasta atualmente mais de R\$ 16 milhões por ano com o monitoramento eletrônico de apenados.

“É uma imensa satisfação saber que depois de muita luta conseguimos aprovar essa proposta, que vai trazer economia aos cofres do Estado. Desde a apresentação da matéria iniciamos um grande esforço dentro e fora da Assembleia Legislativa em favor da sua aprovação, nas comissões e depois em Plenário. É muito difícil aprovar um projeto de lei dessa envergadura, mas

felizmente conseguimos êxito nessa luta, agora com a sanção por parte do Governo do Estado”, afirma Pacheco.

Hoje o preso custa cerca de R\$ 3,2 mil por mês ao Paraná. Desse total, R\$ 241,00 são destinados para a manutenção da tornozeleira. O Paraná é o estado onde há o maior número de presos usando o equipamento. De acordo com o Departamento Penitenciário (Depen), são mais de 5.600 apenados, mas esse número deve aumentar por conta da proposta da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária em adquirir mais 6 mil equipamentos.

ECONOMIA – A lei aprovada pode resultar em uma economia ainda maior ao erário. “Com isso, o governo poderá investir em Educação, Saúde, Segurança Pública e outras áreas que atendem as necessidades do cidadão paranaense”, frisa o Marcio Pacheco. Com três artigos, a proposta estabelece que o Estado providenciará a instalação do equipamento de monitoramento após o recolhimento do valor fixado, no prazo de 24 horas.

O texto estabelece ainda que o apenado sem condição

financeira está isento de pagamento, conforme a Lei Federal 1.060/50. Nesse caso, caberá ao juiz isentá-lo de cobrir o custeio com a aquisição e a manutenção do equipamento, caso seja comprovado que não tem condições financeiras para arcar com os valores. Ao final do cumprimento da medida restritiva de direitos, o preso deverá devolver o dispositivo em perfeitas condições de uso, e sem qualquer ônus ao Executivo. Marcio Pacheco destaca que “é justo que quem tiver condições de arcar com o equipamento deva fazê-lo, para que o equipamento do Estado fique destinado a quem não tem condições de pagá-lo”.

R E G I M E DOMICILIAR – As tornozeleiras são opção da Justiça para que os presos cumpram o regime domiciliar por meio do monitoramento eletrônico. Os equipamentos funcionam com um módulo GPS, no qual são instalados um modem de celular, para transmissão de dados, com dois cartões de operadoras diferentes, a fim de se evitar ausência de sinal. (Da assessoria)

ENSINO MÉDIO 2018

Maxi

SEU FILHO ENTRE OS MELHORES

Colégio **Ma imus** 43 3542-0147

ADRENALINA SAÚDE

STUDIO

- Treino de Ciclômetro
- Treino de Corrida
- Treino na Areia

3145-7209 / 9696-4008

studioadrenalinasaude@411@hotmail.com

Edelina Meneghel Rando, 1163 Centro - Bandeirantes/PR

BOTECO KOJO

TODA SEXTA-FEIRA A PARTIR DAS 18h30

Burgues

Tel: 43 3542 2261 / 9 9860 0077

www.restaurantekojo.com.br

Aproveite cada momento das suas férias!

TRANSBRINDO

Conheça nossos pacotes turísticos!

R: Prof. Grenan Araújo, 319 – V. Lordani

TEL: 3542-5916 ou 9964-3774 / 9915-9299

A Sua Agência de Viagem